

10 de novembro é “DIA NACIONAL DE LUTA E DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS”

Vamos parar as universidades e o Ceeteps e participar de manifestação conjunta com o funcionalismo em frente ao Palácio

Reunidos em 30/10, representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram a adesão das categorias ao “Dia de Paralisação e Mobilização dos Servidores Paulistas”, em 27/10. A data foi chamada pelas centrais sindicais e entidades do funcionalismo para protestar contra as reformas do governo federal e a investida do governo Alckmin, que enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei (PL 920/2017), o “PL da Maldade”, prevendo congelamento de investimentos públicos e de despesas de pessoal.

Apesar do pouco tempo de divulgação e mobilização para a data, houve boa adesão nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza (ETECs e FATECs), com paralisações em várias unidades e participação em atividades conjuntas com outras categorias. Na capital, foi realizado um ato público em frente ao escritório da Presidência da República. Representantes do Fórum das Seis subiram ao carro de som para denunciar a situação das universidades e do Ceeteps, bem como somar forças com as demais categorias na luta contra o PL 920/2017.

Próxima parada: 10 de novembro

Uma nova data de mobilização está sendo preparada pelas centrais sindicais, desta vez em âmbito nacional. Trata-se do “Dia Nacional de Luta e Defesa dos Nossos Direitos”, em 10/11, véspera da entrada em vigor da Reforma Trabalhista, quando ocorrerão paralisações e mobilizações em todo o país. O objetivo é protestar contra a aplicação da Reforma Trabalhista – que acaba com direitos históricos e abre caminho para a terceirização generalizada –, bem como barrar a Reforma da Previdência e todos os ataques do governo Temer e do Congresso Nacional.

No estado de São Paulo, os eixos centrais são: reajuste salarial, realização de concurso público, retomada das carreiras, defesa do Iamspe e derrubada do “PL da maldade” que, no caso das universidades, pode significar uma diminuição ainda maior dos repasses

financeiros provenientes dos 9,57% do ICMS a elas destinados atualmente.

Vamos parar as universidades e o Ceeteps e protestar no Palácio

Na capital paulista, estão sendo programadas várias atividades, entre elas uma manifestação conjunta do funcionalismo em frente ao Palácio dos Bandeirantes. O Fórum das Seis reforça a indicação de que as categorias aprovelem a paralisação no dia 10/11 e a ida, em caravana, a São Paulo, para somarmos forças a essa manifestação. O ponto de encontro é em frente ao estádio do Morumbi, às 14h, de onde sairemos em passeata até o Palácio.

Nos locais em que a adesão ao dia 10/11 ainda não foi discutida, devem ser realizadas assembleias até a quarta-feira, 8/10. Os indicativos das assembleias e a organização das caravanas devem ser informados ao Fórum das Seis até o final deste dia.



Estudantes e trabalhadores do Centro Paula Souza durante manifestação conjunta do funcionalismo em SP, no dia 27/10



“É a maior burrice que já vi na minha vida”

Audiência pública lotou plenário da Alesp e registrou insatisfações com o PL 920/2017 até na bancada governista. A frase acima é do líder do governo, Barros Munhoz

O plenário Juscelino Kubitschek ficou lotado na tarde de 26 de outubro. Trabalhadores de dezenas de categorias do serviço paulista compareceram à Assembleia Legislativa para a audiência pública agendada para debater o projeto de lei (PL) 920/2017, enviado pelo governador Geraldo Alckmin em 5/10. Representantes das entidades sindicais denunciaram os objetivos do projeto, lembrando que ele segue a lógica da Emenda Constitucional nº 95 – a “PEC do fim do mundo” –, aprovada pelo governo Temer, que congela os investimentos públicos por 20 anos. O PL de Alckmin prevê a renegociação da dívida paulista por dois anos, tendo como contrapartida o congelamento de investimentos públicos nas áreas sociais (saúde, educação, seguridade social, segurança pública etc.) e despesas de pessoal.

O secretário da Fazenda, Hélcio



Tokeshi, fez uma explanação sobre a situação financeira do estado de São Paulo e repetiu seguidas vezes que o PL 920 não trará prejuízo algum aos serviços públicos e ao funcionalismo paulista. A afirmação foi rebatida pelas dezenas de intervenções que se seguiram, entre sindicalistas e deputados, tanto os de oposição como alguns da própria bancada governista. Talvez vislumbrando os estragos que um projeto como esse possa causar em sua base no interior, ou preo-

cupado com o seu potencial de mobilizar o funcionalismo público em tempos pré-eleitorais, o deputado Barros Munhoz, líder do governo na Alesp, estava irreconhecível. Qualificou de “burrice” o envio do projeto e chamou de “mentira” a afirmação do secretário de que não haveria prejuízos. A proposta de Munhoz é “juntar todos os setores” para “reescrever” o projeto.

A proposta dos sindicatos e deputados de oposição é outra. “Nós não aceitamos o PL 920, mesmo que ele faça eventuais ressalvas aos servidores públicos”, destacou Carlos Giannazi, do PSOL. “O projeto representa ataques contra a população que se utiliza dos serviços públicos e contra o funcionalismo, que já amarga três anos sem reajuste”, completou João Paulo Rillo, do PT. Também foram feitas duras críticas às isenções fiscais oferecidas pelo governo Alckmin aos empresários nos anos 2017 e 2018, que devem ficar em torno de R\$ 30 bilhões.

Nem sequer a preço de banana!

Realizado no Rio de Janeiro, no dia 27/10, o leilão de oito blocos de exploração do pré-sal contou com a participação de quase todas as grandes petroleiras do mundo e trouxe um prejuízo gigantesco para o Brasil. Dos oito oferecidos, seis blocos foram arrematados por R\$ 6,15 bilhões, abaixo dos R\$ 7,75 bilhões previstos pelo governo. Mas o prejuízo não é só este.

Denúncia feita pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) da CUT mostra que, considerando a previsão de extração para os lotes vendidos, os compradores pagaram 1 centavo o preço do litro do petróleo a ser produzido! Mas Temer e a maioria corrupta e entreguista do Congresso não estão satisfeitos.

Já está em tramitação uma medida provisória (MP 795), que reduz o imposto de renda e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) das petrolíferas. Estudos da FUP apontam que isso vai significar uma renúncia fiscal de R\$ 40 bilhões anuais, ou R\$ 1 trilhão em 25 anos. Mais uma gentileza do governo Temer... feita com o dinheiro do povo brasileiro.

Ainda segundo a FUP, pelas regras da medida provisória, a participação do Brasil em cada barril — na prática, a porcentagem que o país recebe de cada um deles — passará de 59,7% para 40%, uma das mais baixas do mundo. A China, por exemplo, possui participação de 74%; os Estados Unidos, de 67%; a Rússia, de 66%.

Descoberto em 2006, o pré-sal é considerado a maior promessa do setor petrolífero nos últimos 30 anos, com desempenho atual de 40 mil barris por dia.

Mais uma: PEC prevê mensalidade nas universidades públicas

Tramita na Câmara Federal uma proposta de emenda à Constituição – PEC 366/17, de autoria do deputado Andrés Sanchez (PT-SP) – que permite que universidades públicas cobrem mensalidade de alunos com “condições financeiras de arcar com os custos do ensino”. Inicialmente, ela será analisada quanto à sua admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

Pela proposta, o pagamento seria proporcional ao nível socioeconômico do estudante, sendo também possível pagar o custo com prestação de serviço profissional. O ensino superior continuaria gratuito apenas para quem tiver cursado o ensino médio em escola pública ou como bolsista integral em colégio particular.

Já vimos esse filme em São Paulo, quando o deputado Vaz de Lima (PSDB), em meados dos anos 90, propôs iniciativa semelhante na Alesp. A reação intensa e imediata da comunidade universitária paulista fez com que o projeto fosse retirado. Agora, quando é feita uma nova tentativa de acabar com a gratuidade do ensino superior público, nossa reação também precisa ser rápida e contundente.